

---

**AS CONFRARIAS BRACARENSES NO SÉCULO XVIII: UMA  
ABORDAGEM**

**THE CONFRATERNITIES OF BRAGA IN THE XVIII CENTURY:  
AN APPROACH**

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2016.1.20350>

Norberto Tiago Ferraz  
Doutorando em História – Universidade do Minho - Portugal  
E-mail: [Norberto\\_tiago@iol.pt](mailto:Norberto_tiago@iol.pt)

**RESUMO:** Com este artigo é nosso objetivo darmos a conhecer ao leitor uma primeira abordagem à importância do movimento confraternal bracarense no século XVIII. Braga era, na Idade Moderna, o centro religioso e político de um importante senhorio: o do arcebispado desta metrópole. Na verdade, a diocese de Braga remontava já aos tempos romanos. Na centúria setecentista a cidade chegou a ser governada por arcebispos pertencentes à Casa Real Portuguesa: D. José de Bragança e D. Gaspar de Bragança. Tendo em atenção a sua relevância nacional a nível político e religioso foi natural que esta cidade conhecesse um importante movimento confraternal local. As confrarias bracarenses da Idade Moderna eram um reflexo das práticas culturais e pias promovidas pela Igreja Católica que, nesta época, tinham assumido um controlo quase absoluto sobre estas instituições surgidas ainda na Idade Média sob impulso dos leigos. Eram igualmente o reflexo da forte diferenciação social existente: haviam confrarias que se quais pertenciam apenas certos grupos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Braga. Confraria. Modernidade

**ABSTRACT:** With this article it's our goal to give knowledge to our readers a first approach to the importance of the confraternal movement in Braga on the XVIII century. Braga was, in the Modern Age, the religious and political center of an important landlord: the archbishop of the same metropolis. In fact, the bishopric of Braga existed already in the roman times. In the XVIII century the city was even ruled by archbishops that belonged to the Royal House of Portugal: D. José de Bragança and D. Gaspar de Bragança. Having in attention it's national relevance at a political and religious level, it was natural that this city knew a strong local confraternal movement. The confraternities of Braga in the Modern Age were a reflex of the cultural and pious practices promoted by the Catholic Church that, in this time, had assumed na almost absolute control upon these institutions born in the the Middle Age from the impulse of secular people. They were also the reflex of the strong social differentiation: there were confraternities to wich belonged only some social groups.

**KEYWORDS:** Braga. Confraternitie. Modernity.

A importância da cidade de Braga na Península Ibérica a nível político e religioso, data da época romana. É conhecido o facto de ser sede de um bispado pelo menos desde o século IV da nossa Era, podendo a criação da diocese remontar ao século imediatamente anterior.<sup>1</sup> O arcebispo local, desde os tempos nacionais medievais e até ao fim da centúria

---

<sup>1</sup> Uma certa tradição posterior refere que o primeiro bispo de Braga remonta ao primeiro século da Era Cristã. Mas tal carece, ainda hoje, de confirmação histórica.

setecentista, era o senhor da cidade, acima do qual somente o rei tinha autoridade. No século XVIII a sua relevância era ainda de tal modo assinalável, que dois membros da família real portuguesa ocuparam o cargo de arcebispo bracarense: D. José de Bragança (1741-1756) e D. Gaspar de Bragança (1758-1789).

Neste contexto, era natural que o movimento confraternal bracarense, na Idade Moderna, período de maior expansão destas instituições em geral, se tivesse desenvolvido e consolidado. O movimento confraternal bracarense tem as suas raízes na Idade Média, pois sabemos que a de irmandade de São João de Souto e a da Santíssima Trindade da Sé são medievais. Todavia, tendo em atenção os estudos até agora elaborados sobre estas associações, parece ter sido desde finais do século XVI e no século XVII que se conheceu um maior incremento destas instituições na cidade de Braga, embora continue por se desconhecer ainda o nascimento de várias destas organizações.<sup>2</sup>

Os estudos efetuados sobre as confrarias locais no Antigo Regime demonstram a sua grande expressão, embora nem todos sejam unânimes quanto ao número existente. Uma análise, sustentada nas Memórias Paroquiais de 1758 e nas Memórias de 1747-1751, identificou um total de 87 confrarias operacionais na cidade, (CAPELA; FERREIRA, 2002, pp. 194-195) enquanto um estudo baseado na descrição feita pelo memorialista Senna Freitas mencionou a existência de 82 confrarias no século XVIII. Este número não se afasta muito de uma contabilização feita em 1762 quando, por ordem do governo de Pombal, se quis lançar um imposto sobre as confrarias de todo o país.<sup>3</sup>

Os vários trabalhos existentes têm analisado as diversas dimensões do movimento confraternal bracarense. Em primeiro lugar a distribuição destas instituições pelas freguesias da cidade. A da Sé tinha uma importância fundamental, já que contava com mais confrarias (19), sendo seguida pela freguesia da Cividade (18) e as de São Vítor e de São João do Souto praticamente com o mesmo número (16 e 15 respetivamente). As freguesias de São Lázaro e de Maximinos, por seu turno, eram as que concentravam o menor número, 11 e oito, respetivamente. No entanto, é preciso ter em atenção o facto de, na freguesia Cividade, o número de confrarias ter conhecido, na segunda metade do século XVIII, uma quebra súbita, devido à extinção de cinco delas que estavam sediadas no colégio dos Jesuítas, o que

---

<sup>2</sup> Veja-se o trabalho de Maria José Vieira onde indica a criação de várias confrarias no século XVII, embora para muitas ainda não seja possível indicar com segurança a data de fundação (VIEIRA, 1994, pp. 77-83).

<sup>3</sup> Arquivo Distrital de Braga doravante ADB, *Colecção Cronológica*, N° 2844, 1762, não paginado.

certamente teve impacto na importância confraternal desta freguesia.<sup>4</sup> Este é um outro fator relevante: a importância da presença de confrarias fora das igrejas paroquiais, ou seja, situadas em capelas e igrejas que lhes pertenciam, ou em colégios e mosteiros. De facto, nas freguesias de São João do Souto, São Lázaro e Cividade, existiam mais confrarias fora das igrejas paroquiais do que dentro delas, o que demonstra a disseminação do movimento confraternal pela cidade, indo para além do controlo paroquial.

Esta disseminação traduzia-se num forte enquadramento populacional, quantificável através da relação entre o número de habitações e de confrarias. Na freguesia da Cividade, por exemplo, para cada 20 fogos existia uma confraria. Ou seja, tendo em atenção a relação entre a população residente e as confrarias existentes, podemos verificar a grande expansão confraternal local, no século XVIII, o que faz pensar que a maioria dos habitantes aderiria a estas instituições conforme as suas possibilidades. Esta pujança confraternal possibilitava aos habitantes da cidade fazer parte de diferentes confrarias, conforme as suas possibilidades económicas, fervor religioso e vontade de afirmação social. Para o elevado grau de concentração de confrarias na cidade contribuía igualmente o facto de esta ser a capital do arcebispado.<sup>5</sup>

As análises efetuadas sobre as confrarias bracarenses desta época permitiram verificar que, em várias delas, se notava uma composição social uniforme, ou seja, em alguns casos, a pertença a uma determinada irmandade identificava o irmão como fazendo parte de um certo grupo social. Por exemplo, a nobreza e fidalguia mais importante da cidade estavam presentes nas irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário e na da Santíssima Trindade, todas da Sé. Por seu turno, os clérigos mais pobres tinham a sua irmandade de São Pedro dos Clérigos, situada na mesma catedral e que fora fundada em 1556.<sup>6</sup> Um outro grupo importante na cidade era o dos estudantes. Estes reuniam-se em torno das irmandades de Nossa Senhora da Boa Memória e de São Tomás, que também englobavam os clérigos mais ricos. Existiam igualmente confrarias às quais pertenciam certos grupos profissionais, na linha das confrarias de ofícios e mesteres que se formaram na Idade Média. Neste caso, realçamos a confraria de São Crispim e São Crispiniano, da qual faziam parte os sapateiros bracarenses e a

---

<sup>4</sup> Esta extinção veio na sequência da expulsão dos jesuítas de Portugal, por ordem do Marquês de Pombal, após o atentado contra o rei D. José. A expulsão foi o culminar de um período de conflito do governo português da época, com esta instituição (ABREU, 1997, p. 22).

<sup>5</sup> Consulte-se em relação a este enquadramento confraternal bracarense (CAPELA; FERREIRA, 2002, pp. 195-197).

<sup>6</sup> Muitas irmandades de clérigos surgiam para congregar e prestar auxílio aos religiosos, especialmente aos mais pobres. A mais antiga de que se tem conhecimento foi fundada em Lisboa no século XV (ARAÚJO, 1982, pp. 401, 404).

do Santo Homem Bom, que englobava em si os alfaiates, ambas sedeadas na Sé. Também na Sé Primaz estava localizada a confraria de São Jorge, composta pelos ferradores da cidade. Já na freguesia de São Vítor estava a confraria de São Tiago que agregava os sombreireiros. Era sobretudo nas confrarias profissionais que se reforçava a coesão de um grupo preexistente, assente da defesa dos seus interesses económicos e características sociais (LOPEZ MUÑOZ, 1990, p. 261-262).

Todavia, existiam várias confrarias nas quais esta uniformidade e distinção social não eram tão acentuadas, como as das Almas, a de Santo Amaro da Sé, ou a de Nossa Senhora da Paz, situada na capela de São Cosme e São Damião. Neste grupo podemos também incluir as confrarias que, dentro da igreja paroquial, eram chamadas a desempenhar a promoção do culto religioso local, bem como a manutenção das suas alfaias religiosas: estavam neste caso a confraria do Menino Deus de Maximinos, e as do Santíssimo Sacramento (com excepção da elitista confraria do Santíssimo Sacramento da Sé).

Ao estudarmos as designações das confrarias bracarenses, verificamos igualmente que podemos distinguir duas linhas de culto. Assim, a maioria destas instituições tinha por objetivo o culto e devoção de Nossa Senhora, com uma maior influência na invocação de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora do Ó ou da Expetação. Uma segunda linha de culto direccionava-se na devoção aos santos de várias invocações, sendo São Tiago, São Pedro e São Sebastião os que tiveram mais irmandades bracarenses a escolhê-los como seus patronos.<sup>7</sup>

Deste modo, a Virgem Maria era a figura de culto tutelar da maioria das confrarias de Braga.<sup>8</sup> A piedade religiosa confraternal bracarense centrava-se, no século XVIII, na devoção à mãe de Deus, seguida pelas que se consagravam aos santos, em detrimento da devoção a Deus ou da figura de Jesus Cristo, que detinha um papel de menor destaque.<sup>9</sup> Na verdade, em relação a este último, não existiam muitas confrarias que se dedicassem ao seu culto em particular, sobretudo se compararmos com aquelas que tinham por invocação os santos ou Nossa Senhora. As que o faziam centravam-se na imagem de Jesus Cristo sofredor e

---

<sup>7</sup> Como referiam os estatutos da confraria de Nossa Senhora da Purificação da igreja do hospital de São Marcos, Nossa Senhora era o “agasalho” de todo o homem que na terra peregrinava em busca do Céu. Confira-se a este respeito (CASTRO, 2006, p. 170).

<sup>8</sup> A partir do século XVI adquire especial proeminência a devoção mariana e aparecem inúmeras confrarias sob a invocação de Nossa Senhora, em especial as de Nossa Senhora do Rosário surgidas ainda no século XV. Consulte-se sobre este assunto (TORRES, 1986, p. 16).

<sup>9</sup> Após o concílio de Trento, as invocações de culto que saíram reforçadas, a partir do século XVII, foram as do Santíssimo Sacramento, as das Almas e as de Nossa Senhora do Rosário. O culto dos santos manteve-se vigoroso. Por seu turno, o culto mariano conheceu, de facto, uma forte revivescência. Maria era, na Idade Moderna, a intercessora segura na passagem para o outro mundo (SALVADO, 1998, pp. 61-62).

agonizante, prestes a enfrentar a morte: eram a confraria do Bom Jesus dos Santos Passos, irmandade de Santa Cruz, ambas situadas em São João do Souto e a das Santas Chagas da Cidade.<sup>10</sup>

Embora sejam necessários estudos monográficos alargados sobre as confrarias da cidade na Idade Moderna, sabe-se que a segunda metade do século XVIII foi um período muito “agitado” para a vida destas instituições, obrigando-as a passarem por situações económicas e financeiras difíceis. Parecem ter sido poucas, aliás, as confrarias bracarenses criadas depois de 1750. Conhecemos o exemplo da confraria de Nossa Senhora da Torre e as irmandades da Doutrina Cristã, em 1773, e de Nossa Senhora do Carmo, em 1759.<sup>11</sup> No primeiro caso tratou-se da ereção de uma confraria que, de algum modo, respondesse às inquietações religiosas despertadas na cidade após o terramoto de 1755.<sup>12</sup> No segundo, tratava-se de uma irmandade elitista do clero e nobreza da cidade e que 10 anos depois se uniu à confraria de São Tomás.

Pelo contrário, e em sentido inverso, neste mesmo período verificou-se um movimento contínuo de extinção e sobretudo de união de confrarias. Como a opção seguida foi maioritariamente unir umas instituições a outras, em vez de as extinguir pura e simplesmente, parece-nos estar presente nesta via uma forma de tentar ajudar as confrarias em dificuldades, criando-lhes bases mais sólidas através da sua agregação. Pode também ter existido um outro critério: o objetivo seria o de enquadrar todos os irmãos numa instituição confraternal, o que não sucederia se tivesse lugar uma simples extinção. Nesse sentido, o movimento de união confraternal que se verificou na segunda metade do século XVIII em Braga, pode ser entendido como uma forma de dar resposta aos problemas que estas organizações enfrentavam. A anexação permitia que os seus membros não ficassem sem um enquadramento devocional e religioso.

Os problemas que levaram à anexação e união das confrarias eram de diversa ordem. Em alguns casos estas instituições não conseguiam atrair novos membros para renovar as suas fileiras de irmãos, ou constatavam ser difícil encontrar indivíduos que quisessem servir nos cargos das Mesas. A falta do elemento humano, essencial à sua vida, determinou a união de

---

<sup>10</sup> Também na cidade de Málaga existiam confrarias constituídas em torno à devoção da paixão e morte de Cristo, na Época Moderna (SANCHEZ LÓPEZ, 1991, pp. 366-367).

<sup>11</sup> Relativamente à criação das confrarias de Nossa Senhora da Torre, Nossa Senhora do Carmo e a da Doutrina Cristã veja-se (GOMES, 2002, p. 146) e também (SENNA DE FREITAS, vol. III, 1890, pp. 303-304).

<sup>12</sup> Os ecos do terramoto de Lisboa chegaram longe quer no país, quer no estrangeiro. Muitos, nesse dia, pensaram ter, então, chegado o Juízo Final. Leia-se (ABREU, 2007, pp. 237-238) e ainda (MARQUES, 2006 pp. 219-220).

algumas irmandades a outras mais poderosas.<sup>13</sup> Os problemas financeiros motivados pelos créditos mal parados dos empréstimos que concediam, os gastos exagerados com as festas e o culto religioso, a queda nos legados recebidos, bem como a má administração das suas rendas motivaram igualmente o fim ou união de várias destas instituições.<sup>14</sup> Estes terão sido os motivos principais. Todavia, também sucedeu uma irmandade ter se de juntar a outra por decisão do arcebispo ou por ter perdido o local onde estava sedeada.<sup>15</sup> A união de duas confrarias levava geralmente a que os nomes de ambas fossem incluídos na designação das instituições. Todavia, nos casos em que várias irmandades se juntavam a uma já pré-existente, a associação confraternal passava geralmente a ser conhecida somente pelo nome da confraria à qual as restantes se tinham associado.

Com base nos estudos existentes é possível conhecer a localização e a situação financeira das confrarias bracarenses. Era nas irmandades situadas nas freguesias da Sé, de São João do Souto e de São Vítor que se situavam as instituições com maior poder financeiro. Nas freguesias da Cidade, de São Lázaro e de Maximinos, pelo contrário, estavam sedeadas as mais pobres em termos de recursos monetários, o que se coaduna, de certa forma, com o contexto socio-económico de cada uma das freguesias referidas (VIEIRA, 1994, p. 92-93).

As mais ricas e elitistas encontravam o seu financiamento nos rendimentos de bens de raiz que possuíam, no empréstimo de dinheiro a juro proveniente dos legados recebidos e nas elevadas joias de entrada que pagavam os irmãos no momento de ingresso. Outras confrarias não tão poderosas, mais populares, mas ainda assim com um rendimento significativo, apoiavam-se no pagamento de anuais pelos irmãos, nas esmolas destes, bem como no elevado

---

<sup>13</sup> Arquivo da Igreja de Santa Cruz doravante AISC, Fundo da irmandade das Santas Chagas, *Livro dos termos de mesa da irmandade das Santas Chagas, 1658-1774*, fl. 476v.; Fundo da irmandade do Menino Deus e São Gonçalo, *Livro dos termos de mesa, juntas e eleições da irmandade do Menino Deus e São Gonçalo, 1693-1776*, fls. 635v.-636; Fundo da confraria de São Gonçalo, *Livro único dos assentos dos instituidores, confrades, eleições e termos de mesa da confraria de São Gonçalo, 1601-1737*, fls. 189v., 635v.-636.

<sup>14</sup> AISC, Fundo da irmandade do Menino Deus e São Gonçalo, *Livro dos termos de mesa, juntas e eleições da irmandade do Menino Deus e São Gonçalo, 1693-1776*, fls. 730, 751-751v.; Fundo da irmandade de São Tiago da Cidade, *Livro de termos de eleições, mesas e juntas da confraria de São Tiago da Cidade, 1628-1796*, fls. 534, 542, 569v., 579; *Livro das certidões das missas e assentos de irmãos da irmandade de São Tiago da Cidade, 1603-1794*, fls. 610-616; Arquivo da Igreja de São Vicente doravante AISVTE, Fundo da irmandade de Santo Homem Bom, *Livro de termos de mesa da irmandade de Santo Homem Bom, 1744-1765*, fls. 12v., 20v., 207; *Livro de termos de mesa da irmandade de Santo Homem Bom, 1765-1783*, fls. 54, 63v., 93v.-94, 153, 241v.

<sup>15</sup> Foi o que sucedeu com a confraria de Nossa Senhora da Boa Nova. Após a demolição da sua capela junto ao Arco da Porta Nova, em 1771, uniu-se à irmandade de Nossa Senhora a Branca. Arquivo da Igreja da Nossa Senhora a Branca doravante AINSB, Fundo da confraria de Nossa Senhora da Boa Nova, *Livro de termos da confraria de Nossa Senhora da Boa Nova, 1733-1771*, fl. 98. Segundo Luís Costa, a irmandade dos Santos Passos foi compelida a unir-se à de Santa Cruz por ordem do arcebispo D. Gaspar, embora não sejam referidos os motivos pelos quais o prelado tomou esta decisão (COSTA, 1993, pp. 65-68). Veja-se igualmente AISC, Fundo da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772*, fl. 689.

número de confrades que atraíam e nalguns legados que recebiam. Dentro deste conjunto de instituições confraternais, aquelas a que correspondiam certos grupos profissionais obtinham igualmente rendimentos nos direitos de examinação, que lhe eram pagos pelos indivíduos que queriam exercer determinados ofícios. Na verdade, estes indivíduos eram examinados pelos mestres de ofícios para poderem praticar a referida profissão. Por seu turno, as confrarias mais pobres tinham o seu suporte financeiro sobretudo nas esmolas dos irmãos, em alguns juros de dinheiro que emprestavam e nos peditórios que faziam junto da população. Às confrarias mais ricas pertenciam assim, as elites da cidade:<sup>16</sup> o arcebispo, os cónegos e beneficiados eclesiásticos, os altos dignitários da administração civil e eclesiástica, os letrados, os comerciantes e negociantes, os rendeiros, os grandes beneficiários paroquiais, os ourives, os funcionários administrativos e judiciais e respetivas mulheres, filhos e parentes próximos. Às restantes pertencia o povo e nas de mesteres estavam os profissionais de um ofício.

As fontes que analisámos proporcionaram-nos, juntamente com os dados obtidos através de trabalhos existentes, conhecer mais vertentes da história de algumas destas confrarias. No arquivo de São Vicente encontrámos documentação sobre a irmandade de São Vicente, descrita como a irmandade “do povo da cidade, ” à qual se uniu, em 1783, a irmandade de Santo Homem Bom, proveniente da Sé Primaz e que era a confraria do ofício dos alfaiates. Nesta igreja, estava sedeada ainda a confraria das Almas de São Vicente. Sobre a irmandade de São Vicente sabemos que tinha confrades de todas as freguesias da cidade, sendo uma das irmandades mais populosas de Braga, embora nela também pudessem entrar nobres e eclesiásticos, os quais, todavia, não podiam fazer parte das Mesas. Esta irmandade, possuía algumas singularidades (GOMES, 2002, p. 189) que a distinguiam das suas congéneres bracarenses: a visita aos presos e o empenho na soltura destes, bem como a visita e apoio aos confrades doentes. Ressalve-se, todavia, que, em relação ao auxílio e à visita aos irmãos doentes, para se prepararem para a eventualidade da morte, verificámos que, efetivamente, a maioria das confrarias que estudámos não apresentava este apoio confraternal. Mas nas confrarias de Santa Cruz, Bom Jesus dos Santos Passos, São Crispim e São

---

<sup>16</sup> As confrarias mais poderosas em Braga no século XVIII eram as seguintes: as irmandades do Santíssimo Sacramento da Sé, a de São Vicente, a do Bom Jesus dos Santos Passos e a de Santa Cruz. Em 1762 chegaram a ter rendimentos anuais mais elevados do que a Câmara Municipal. Não tão poderosas, mas ainda assim com rendimentos assinaláveis, eram, na freguesia de São Vítor, a confraria das Almas, a de Nossa Senhora-a-Branca e a de Santo António. Na freguesia da Sé destacamos a irmandade de São Pedro dos Clérigos, a da Santíssima Trindade, a de Nossa Senhora do Rosário e a de Nossa Senhora do Ó, esta última situada na capela de São Miguel o Anjo. Por fim, na freguesia de São João do Souto assinalamos a importância da confraria de Nossa Senhora da Apresentação e Almas, bem como a Ordem Terceira, a qual não sendo uma confraria, está também mencionada na documentação existente. Consulte-se ADB, *Colecção Cronológica*, doc. nº 2844, 1762, não paginado.

Crispiniano, Almas de São Vítor e Almas de São João da Ponte, encontramos igualmente referência a este conforto aos irmãos.<sup>17</sup> Para além destes aspetos, a irmandade de São Vicente concedia esmolas aos confrades e não confrades, embora estes em minoria, que vivessem em situação de pobreza, ou estivessem “empregados” nos seus leitos, ou seja, vivessem acamados. As mulheres pobres e desamparadas eram também apoiadas para evitar que enveredassem por maus caminhos. Simultaneamente, a partir de meados do século XVIII, a confraria atribuía, todos os anos, dotes para casar raparigas pobres e órfãs, os quais tinham sido instituídos por dois benfeitores (SOUSA, 2011, pp. 119-124).

No arquivo da igreja São Vítor assinalamos, sobretudo, a confraria das Almas desta igreja, e no arquivo de São Lázaro a confraria das Almas da capela de São João da Ponte, demonstrando a relevância do culto das almas do Purgatório nas zonas limítrofes da cidade. Foi nos arquivos das igrejas de Nossa Senhora-a-Branca, de Santa Cruz e na Sé Primaz que encontramos fundos documentais relativos a várias confrarias. A igreja de Nossa Senhora-a-Branca era o templo da irmandade com o mesmo nome, também chamada de Nossa Senhora das Neves, à qual se juntaram, durante o século XVIII, várias confrarias, todas elas igualmente sob a invocação da figura de Maria: a de Nossa Senhora do Bom Despacho, situada na capela de São Sebastião das Carvalheiras, na Cidade, por volta de 1790; a de Nossa Senhora da Boa Nova, situada na capela do mesmo nome no Arco da Porta Nova, em 1771, e a confraria de Nossa Senhora do Ó ou da Expetação, situada na igreja de São Marcos, também em 1771.<sup>18</sup>

No arquivo da Sé Primaz existem fontes sobre a irmandade do Santíssimo Sacramento, a qual tinha uma capela magnificamente ornada. Era, na segunda metade do século XVIII, a mais rica de todas as confrarias bracarenses. Neste espólio destacamos igualmente as confrarias de São Crispim e São Crispiniano, onde se agrupavam os sapateiros, instituída em 1629 e posteriormente colocada na capela de São Martinho de Dume; a de Nossa Senhora da Boa Memória, erigida em 1634 por estudantes da Universidade de Coimbra e à qual pertenciam, além destes, os advogados bracarenses e alguns eclesiásticos; a de Santo Amaro,

---

<sup>17</sup> Sabemos que a Ordem Terceira também cuidava na visita aos seus confrades enfermos. Consulte-se (ARAÚJO, 2009, p. 256).

<sup>18</sup> AINSB, Fundo da confraria de Nossa Senhora do Bom Despacho, *Livro de termos da confraria de Nossa Senhora do Bom Despacho*, 1709-1777, fls. 1-3v.; Fundo da irmandade de Nossa Senhora-a-Branca, *Livro das missas dos confrades de Nossa Senhora a Branca*, 1765-1793, fl. 144; Fundo da confraria de Nossa Senhora da Boa Nova, *Livro de termos da confraria de Nossa Senhora da Boa Nova*, 1733-1771, fls. 1-3, 98-99; Fundo da irmandade de Nossa Senhora do Ó do Hospital, *Livro de termos da irmandade de Nossa Senhora do Ó*, 1695-1727, fls. 1-3; *Livro das missas gerais anuais da irmandade de nossa senhora do Ó do Hospital*, 1733-1770, fls. 1-3v. Existia igualmente outra confraria de Nossa Senhora do Ó, situada na mesma igreja de São Marcos. Mais tarde ficará sedeada na capela de São Miguel o Anjo (CASTRO, 2008, p. 171).



constituída por leigos; a de Nossa Senhora do Rosário que fazia uma procissão com os rosários dentro da Sé, no primeiro domingo de cada mês.

As restantes confrarias deste arquivo eram de dimensão e poder financeiro mais reduzidos. Uma delas, a de Nossa Senhora da Paz, fora instituída na capela de São Cosme e São Damião, num dos altares dos claustros da Sé Primaz. A confraria de Nossa Senhora da Ajuda (inicialmente designada do Porto) instituída em 1613, na capela da Torre de Nossa Senhora da Ajuda, na rua de Maximinos, veio em 1753 a unir-se à de Nossa Senhora da Graça, situada num dos claustros da Sé.<sup>19</sup> Destacamos também a confraria de São Bento, que estava situada no convento do Salvador, bem como a confraria das Almas da Sé, fundada pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, em 1723.<sup>20</sup>

Por seu turno, o arquivo da igreja da irmandade de Santa Cruz possibilita a deteção de várias irmandades. Provenientes da freguesia da Cividade eram as confrarias de São Tiago da Cividade e a das Santas Chagas. Ambas estavam localizadas na igreja paroquial de São Tiago da Cividade. A primeira cultuava o padroeiro da freguesia, ao passo que a segunda se inseria dentro do conjunto de confrarias ligadas à devoção ao sofrimento e Paixão de Cristo. Sabemos ainda que a confraria das Santas Chagas fora fundada em 1597.<sup>21</sup> Estas duas instituições juntaram-se à irmandade de Santa Cruz. A confraria das Santas Chagas fê-lo em 1774 e a de São Tiago em 1794, neste caso devido à decadência económica em que se encontrava na altura.

No arquivo de Santa Cruz assinalamos também as seguintes confrarias: a de São Gonçalo e a do Menino Deus (ou do Santo Nome de Deus). A de São Gonçalo fora instituída em 1601 na sua ermida, mas com o passar dos anos perdeu dinamismo. Coube ao arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles a tarefa de lhe incutir novo ânimo, patrocinando a elaboração de novos estatutos em 1723. Ficou situada no recolhimento de Santa Maria Madalena, onde se reunia na sacristia da capela de São Gonçalo. Todavia, o dinamismo incutido não foi duradouro e, em 1733, juntou-se à confraria do Menino Deus. Esta última tinha estado na igreja de São Vítor, depois na capela de Santa Ana, posteriormente na capela de Nossa

---

<sup>19</sup> Leia-se (SENNA DE FREITAS, 1890, vol. II, p. 113, 151, 299-303) e também (SENNA DE FREITAS, 1890, vol. V, p. 413-415, 430). Sobre a confraria de Nossa Senhora da Paz, confira-se AISB, Fundo da confraria de Nossa Senhora da Paz, *Livro de estatutos da confraria de Nossa Senhora da Paz, 1766*, fls. 1-5.

<sup>20</sup> Sobre a confraria de São Bento consulte-se Arquivo da Igreja da Sé de Braga doravante AISB, Fundo da confraria de São Bento do Salvador, *Livro de estatutos da confraria de São Bento do convento do Salvador desta cidade de Braga, 1792*, fls. 1-10.

<sup>21</sup> A confraria de São Tiago da Cividade administrava o altar principal da igreja (CAPELA, 2003, p. 170). A das Santas Chagas Fora fundada pelo comendatário Pedro da Grã, administrador perpétuo do mosteiro beneditino de Santa Maria do Carvoeiro (MARQUES, 1993, p. 461).

Senhora do Amparo, até se juntar à confraria de São Gonçalo no recolhimento de Santa Maria Madalena. Em 1776, as duas confrarias unidas agregaram-se à irmandade de Santa Cruz.<sup>22</sup> Como vemos, não era raro existirem mudanças nas sedes destas irmandades, ao longo dos tempos, por diversos motivos.

Não termina aqui o número de organizações confraternais existentes no arquivo da igreja de Santa Cruz. Nele encontram-se ainda os fundos documentais das confrarias de Santa Ana, Bom Jesus dos Santos Passos e Santa Cruz. A de Santa Ana estava localizada na ermida (depois capela) de Santa Ana, no “Campo” com o mesmo nome. Em 1737, uniu-se-lhe a irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, uma instituição com grande poder financeiro, ligada à devoção à Paixão de Cristo. Esta irmandade tinha permanecido no convento do Pópulo, tendo sido fundada pelo arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609), no final do século XVI. Contudo, devido a conflitos com os frades agostinhos que nele residiam, decidiu abandoná-lo e instalar-se na capela de Santa Ana. A irmandade permaneceu aí até 1769, altura em que a capela foi demolida tendo-se, na ocasião, a instituição instalado na igreja da Lapa. Em 1771 o arcebispo D. Gaspar ordenou que a confraria do Bom Jesus dos Santos Passos se unisse à de Santa Cruz. Apesar da ordem do arcebispo ter suscitado algumas dúvidas e reticências por parte dos confrades dos Santos Passos, que certamente não viam a sua instituição como inferior à de Santa Cruz, a união teve lugar no ano seguinte, após a saída da irmandade dos Santos Passos da igreja da Lapa.<sup>23</sup>

A irmandade de Santa Cruz era bastante poderosa. Fora fundada em 1581, como uma confraria juvenil dirigida por Jerónimo Portilo, mestre-escola, que tinha uma devoção muito especial por uma cruz colocada no século XVI pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, fora dos muros da cidade. Por extensão tornou-se uma irmandade devota à Vera Cruz, como símbolo da Paixão de Jesus Cristo. Sendo constituída, inicialmente, por letrados e estudantes, tornou-se progressivamente uma irmandade representante dos grupos poderosos da cidade. Na viragem do século XVII para o XVIII dirigiam-na os cónegos, a nobreza civil e eclesiástica, letrados e outros indivíduos ricos. Tinha estado inicialmente localizada na igreja velha do Espírito Santo, construindo depois o seu próprio templo na primeira metade do século XVII.

---

<sup>22</sup> AISC, Fundo da confraria de São Gonçalo, *Livro de estatutos da confraria do glorioso São Gonçalo, 1723*, fls. 1-4; Fundo da irmandade do Menino Deus e São Gonçalo, *Livro dos termos de mesa, juntas e eleições da irmandade do Menino Deus e São Gonçalo, 1693-1776*, fls. 97, 107, 149, 751-751v.

<sup>23</sup> Sobre estas confrarias veja-se (COSTA, 1993, pp. 65-68) e (MARQUES, 1993, p. 463). Consulte-se igualmente AISC, Fundo da confraria de Santa Ana, *Livro dos termos de mesa, eleições e juntas, da confraria de Santa Ana, 1626-1737*, fls. 1-5, 207; Fundo da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro dos termos de mesa, e juntas e aceitação de irmãos da irmandade dos Santos Passos, 1686-1740*, fls. 511-512, 608.

Competia-lhe, como ainda hoje compete, proceder à organização da Procissão do Enterro, na sexta-feira santa. Tal como a irmandade de São Vicente fez em relação ao pároco de São Vítor, freguesia onde estava situada,<sup>24</sup> também a de Santa Cruz lutou sempre por manter uma certa independência relativamente ao pároco da sua freguesia.<sup>25</sup> Por fim, devemos salientar que no arquivo da Faculdade de Teologia da Universidade Católica, assinalámos documentação relativa à irmandade de São Pedro dos Clérigos e à irmandade de São Tomás de Aquino as quais, durante a maior parte do século XVIII, encontraram-se alocadas na Sé. Todavia, a irmandade de São Tomás, em 1774, instalou-se na capela de Nossa Senhora da Lapa, enquanto a irmandade de São Pedro esteve na igreja de Nossa Senhora-a-Branca, entre 1751 e 1766.

A análise das receitas das confrarias assenta na documentação consultada e possibilita estabelecer ordens de grandeza entre elas. É essa comparação que pretendemos apresentar no quadro seguinte, proveniente de um documento de 1762 que descrevia as receitas de cada uma das confrarias de Braga:

**Quadro 1: Receitas das confrarias bracarenses (1762)**

Receitas em réis	Nº de confrarias
Até 75 mil	18
De 76 mil a 200 mil	25
De 201 mil a 400 mil	12
De 401 mil a 600 mil	3
De 601 mil a 800 mil	1
De 801 mil a um conto	6
Mais de um conto	6
Total	71

Fonte: ADB, *Colecção Cronológica*, doc. nº 2844, 1762, não paginado.

Os dados obtidos no quadro 1 permitem constatar que a esmagadora maioria destas organizações tinha rendimentos anuais que não superavam os 400 mil réis. Aliás, em sentido

<sup>24</sup> No que diz respeito à irmandade de São Vicente e às suas relações conflituosas com o pároco de São Vítor leia-se (COSTA, 1991, pp. 52-58).

<sup>25</sup> O pároco da freguesia onde estava localizada a irmandade de Santa Cruz, era o abade de São João do Souto. Sobre a irmandade de Santa Cruz e a sua luta por independência em relação ao pároco de São João do Souto consulte-se (COSTA, 1993, pp. 13-16, 77-78).

mais restrito, podemos ver que mais de metade das confrarias existentes à época na cidade auferiam apenas até 200 mil réis anuais em receitas. Pelo contrário, no intervalo de 400 a 800 mil réis, encontramos apenas um número bastante residual de irmandades. Nas duas últimas categorias, acima dos 800 mil réis de receitas, encontramos um número apreciável de confrarias, em comparação com o intervalo das que auferiam entre 400 e 800 mil réis.

Assim, o estudo analítico das receitas das confrarias bracarenses em 1762 mostra a existência de um conjunto de instituições com forte poder financeiro, concentrando em si a capacidade monetária destas instituições e que estavam a grande distância da esmagadora maioria das suas congéneres, sem que houvesse um grupo significativo de confrarias que se posicionasse de forma intermédia. Havia como que uma “descontinuidade” na distribuição da capacidade financeira destas instituições e, deste modo, encontramos uma grande desigualdade no seio do ambiente confraternal bracarense.

Na verdade, este desequilíbrio financeiro constatado na análise das receitas das confrarias da cidade, mais não é do que o reflexo das desigualdades e diferenciações sócio-económicas presentes na sociedade bracarense setecentista. As grandes confrarias de elite concentravam em si os recursos financeiros disponíveis para o investimento nas suas atividades religiosas, devocionais, profanas e assistenciais.<sup>26</sup> Ao povo só era possível a integração em certas confrarias que promoviam o culto paroquial ou devocional dos santos populares. Se exercessem ofícios mecânicos, deviam ainda integrar-se na confraria da sua profissão. Por conseguinte, as confrarias de Braga no século XVIII formavam uma micro-representação da sociedade bracarense da época, no que dizia respeito à diferenciação e desigualdades sociais vigentes.

Estas características, agudizadas por um cenário de crise na segunda metade do século XVIII, podem efetivamente ter contribuído para o movimento de progressiva diminuição do número de confrarias, unindo as que se encontravam com maiores dificuldades a outras mais fortes. Como já mencionámos, parece ter sido esta a resposta dada, tanto pelas autoridades religiosas, como pelas próprias confrarias, de forma a manter os bracarenses enquadrados, social e religiosamente, no mundo confraternal, no meio das adversidades existentes. Na verdade, não pertencer a uma confraria era estar de certo modo marginalizado da sociedade da

---

<sup>26</sup> As confrarias mais poderosas, social e financeiramente, eram dirigidas pelas elites locais bracarenses. A mesma situação acontecia nas Misericórdias, as quais eram geridas pelas pessoas mais categorizadas socialmente. Estas elites ocupavam geralmente outros cargos de poder. Para a Misericórdia de Coimbra confira-se (LOPES, 2002-2003, pp. 203-204).

época. Estas instituições eram como que comunidades ativas que, não raramente, disputavam entre si a melhor e maior representação social nas localidades onde estavam sedeadas.

Um estudo mais alargado e aprofundado das confrarias bracarenses, não só no século XVIII, mas até durante toda a Idade Moderna é uma tarefa futura que se mostra pertinente, para justificadamente conhecermos os rituais e práticas culturais e festivas proporcionadas pelas irmandades, bem como aprofundar a análise das dinâmicas e conflitos sociais que tinham palco quer no seu interior quer com outras instituições. Os dados até hoje trabalhados demonstram uma importante diferenciação de práticas e ritos conforme a capacidade financeira de cada irmandade, correspondente à sua constituição social.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, José Paulo. *Em Braga de 1790 a 1805: D. Frei Caetano Brandão: o reformador contestado*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Faculdade de Teologia de Braga; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1997.

ABREU, Laurinda: O terramoto de 1755 e o Breve do papa Bento XIV (1756). In ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter; SERRÃO, José Vicente. *O Terramoto de 1755 impactos históricos*. Lisboa: Livros do Horizonte, 2007, pp. 237-255.

ARAÚJO, António de Sousa. “Irmandades de clérigos e assistência ao clero em Portugal. Notas para o estudo do problema na irmandade dos Clérigos de São Pedro de Montório de Cervães (Braga). Sacerdotes seus membros nos três últimos séculos 1665-1965.” *Itinerarium*, Lisboa, 28, p. 401-452, 1982.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. “Rezar e cantar pelos mortos e pelos vivos: as confrarias das Almas do Pico de Regalados no século XVIII.” *Boletim Cultural*, Vila Verde, nº 1, p. 223-256, 2005.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de: A oferta assistencial na Braga setecentista. In REY CASTELAO, Ofélia; LÓPEZ, Roberto J. *El mundo urbano en el siglo de la Ilustracion. Actas, Tomo II*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2009, pp. 245-256.

CAPELA, José Viriato. *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: a construção de um imaginário minhoto setecentista*. Braga: Universidade do Minho, 2003.

CAPELA, José Viriato; FERREIRA, Ana da Cunha. *Braga Triunfante (Braga nas Memórias Paroquiais de 1758)*. Braga, Universidade do Minho, 2002.

CASTRO, Maria de Fátima. “Confraria de Nossa Senhora da Purificação sedeada na igreja do hospital de São Marcos. Os estatutos reformados em 1743.” *Misericórdia de Braga*, Braga, nº 2, p. 169-204, 2006.

CASTRO, Maria de Fátima. “Trajectórias e cruzamentos entre a irmandade de Nossa Senhora do Ó e as confrarias de Nossa Senhora do Amor, Nossa Senhora da Purificação e Nossa Senhora da Apresentação e entre a igreja do hospital de São Marcos e a capela de São Miguel-o-Anjo.” *Misericórdia de Braga*, Braga, nº 4, p. 167-176, 2008.

COSTA, Luís. *A igreja paroquial de São Vicente*. Braga: APPACDM, 1991.

COSTA, Luís. *O templo de Santa Cruz*. Braga: Edição da Irmandade de Santa Cruz, 1993.

GOMES, Paula Alexandra de Carvalho. *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributos para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*. 2002, Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Minho, Braga, 2002.

LOPES, Maria Antónia. “Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder.” *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Tomo XXXVI, vol. II, p. 203-274, 2002-2003.

LOPEZ MUÑOZ, Miguel Luis. “La hermandad de Ntra. Sra. de Covadonga, de asturianos y montañeses, de Granada (1702-1810).” *Chronica Nova*, Granada, 18, p. 237-266, 1990.

MARQUES, José. “As confrarias da Paixão na antiga arquidiocese de Braga.” *Teológica, Homenagem a Avelino Jesus da Costa*, Braga, II série, vol. XXVII, fasc. 2, p. 447-480, 1993.

MARQUES, João Francisco. “A acção da Igreja no terramoto de 1755, ministério espiritual e pregação,” *Lusitânia Sacra*, Lisboa, 2ª série, (18), p. 219-239, 2006.

SALVADO, Maria Adelaide Neto. *A confraria de Nossa Senhora do Rosário de Castelo-Branco: espelho de querer e de sentire*. Coimbra: A Mar Arte, 1998.

SANCHEZ LÓPEZ, Juan António: Comportamientos sociales y cofradías de pasión en la Málaga barroca. In *I Congresso Internacional do Barroco, Actas, vol. II*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, Governo Civil do Porto, 1991, pp. 351-374.

SENNA DE FREITAS, Bernardino José. *Memórias de Braga, vol. II*. Braga: Imprensa Católica, 1890.

SENNA DE FREITAS, Bernardino José. *Memórias de Braga, vol. III*. Braga: Imprensa Católica, 1890.

SENNA DE FREITAS, Bernardino José. *Memórias de Braga, vol. V*. Braga: Imprensa Católica, 1890, p. 229.

SOUSA, Ariana Sofia Almendra. *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII*. 2011, Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2011.

TORRES. António Brandão Martins. *Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Memória do Tricentenário*. Póvoa de Varzim: s.n., 1986.

VIEIRA, Maria José de Azevedo. *A confraria do Menino Deus, e a paróquia de Maximinos (1700-1850) População, sociedade e assistência*. 1994, Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Minho, Braga, 1994.

ARTIGO ENVIADO EM: 17.04.2015  
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 10.05.2016